



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **3000068-93.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**  
 Embargante: **Paulo Seleglim**  
 Embargado: **Banco do Brasil SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

PAULO SELEGHIM, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Embargos À Execução em face de Banco do Brasil SA, também qualificado, alegando ter emitido em favor do embargado Cédula de Crédito Bancário nº 791375490 no valor de R\$ 83.038,17 para pagamento em 72 parcelas, estando o banco embargado a lhe cobrar dívida de R\$ 161.434,24 à qual entende falte liquidez e certeza na medida em que há prática de anatocismo em afronta à Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal e à Lei de Usura (*Decreto nº 22.626/1933*), bem como juros acima do limite fixado pelo art. 192, §3º, da Constituição Federal, razões pelas quais pugna pelo acolhimento dos embargos para extinção da execução.

O embargado respondeu sustentando que estaria havendo confissão da dívida, tratando-se de negócio válido firmado entre partes capazes a respeito do qual não há se falar em excesso de execução, estando os encargos e valores devidamente descritos na memória de liquidação, destacando a inexistência de limitação dos juros por inaplicável o art. 192, §3º, da Constituição Federal, negando a existência de capitalização de juros e apontando que a comissão de permanência obedece ao disposto em lei, de modo a concluir pela improcedência dos embargos.

É o relatório.

Decido.

Com o devido respeito a embargante, não há se falar em falta de liquidez ou certeza do título.

Primeiramente, cumpre destacar que o título executivo extrajudicial não é uma Cédula de Crédito Bancário.

É, ao invés, um contrato de mútuo de nº 791375490 no valor de R\$ 83.038,17 para pagamento em 72 parcelas de R\$ 2.033,28.

Dito negócio foi firmado com taxa de juros *pré-fixada*, conforme pode ser lido às fls. 09 dos autos da execução, à vista do que cumpre considerar, conforme entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que “*no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros*”(cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013<sup>1</sup>).

E assim é porque “*em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao*

<sup>1</sup> www.esaj.tjsp.jus.br.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida” (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012 <sup>2</sup>).*

E tampouco do limite dos juros a 12% ao ano se poderia cogitar, porquanto “a Súmula Vinculante nº 07, em dezembro de 2008, decidiu definitivamente a questão, não sendo mais cabível, portanto, qualquer discussão sobre eventual limitação legal para os juros a serem cobrados pelo banco”, e não obstante referida Súmula tenha sido editada em data posterior à data do contrato em análise, “tem inteira aplicação, ante o fato de que não possui a mesma natureza que a “Lei”, sendo inaplicável à Súmula, o princípio da irretroatividade” (cf. Ap. nº 9083073-38.2005.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/05/2011 <sup>3</sup>).

A propósito, é o seguinte, o teor da referida Súmula: “a norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar”.

Os embargos são manifestamente improcedentes, cumprindo a embargante arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 15% do valor da dívida, atualizado.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os presentes embargos e em consequência CONDENO a embargante ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 15% do valor da dívida, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 11 de setembro de 2014.

**VILSON PALARO JÚNIOR**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>2</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br)

<sup>3</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br)